XI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 28 e 29 de setembro de 2026

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA NO VALE DO JIQUIRIÇÁ, BAHIA: NOTIFICAÇÕES NO SINAN (2021–2025)

Bárbara Oliveira de Souza[1]
Vitoria Barbosa Machado Lisboa[2]

Introdução

O envelhecimento populacional acelerado constitui uma das transformações demográficas mais expressivas do século XXI, reconfigurando a estrutura etária social e impondo desafios prementes às redes de proteção social, ao cuidado em saúde e à preservação da autonomia da pessoa idosa (Ribeiro *et al*., 2021). Nesse cenário de transição demográfica e epidemiológica, a violência contra a pessoa idosa consolida-se como um grave e complexo problema de saúde pública de caráter multifatorial e interseccional, atravessado por dinâmicas de dependência funcional, conflitos intrafamiliares, marcadores de gênero e raça, e profundas disparidades socioeconômicas (Andrade *et al*., 2023; Ribeiro *et al*., 2021).

Em territórios interioranos e rurais, caracterizados por históricas assimetrias no desenvolvimento regional e pela menor densidade de serviços especializados, o enfrentamento ao agravo enfrenta barreiras adicionais. A limitada cobertura de equipamentos formais de apoio tende a acentuar a invisibilidade dos episódios de violência predominantemente perpetrados no espaço doméstico por sujeitos do convívio íntimo, aumentando a vulnerabilidade das pessoas idosas e comprometendo sua integridade física e psicológica (Rodrigues *et al*., 2024).

No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a vigilância epidemiológica das violências e a notificação compulsória representam ferramentas estratégicas de gestão e cuidado (Brasil, 2016). Por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a notificação atua como um mecanismo fundamental para dar visibilidade a um fenômeno historicamente velado, permitindo dimensionar a magnitude dos eventos, identificar perfis de vitimização e rastrear falhas na rede assistencial (Lima *et al*., 2023).

Sob a perspectiva da Saúde Coletiva, a caracterização epidemiológica e a análise territorializada dessas notificações no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, são indispensáveis para combater a subnotificação, orientar o planejamento regionalizado, fortalecer a Atenção Primária à Saúde e subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais e de proteção social integral.

[1]Enfermeira. Pós-graduanda em Saúde coletiva na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: 2026a0102@uesb.edu.br
[2]Biomédica. Pós-graduanda em Saúde coletiva na UESB, Campus de Jequié. E-mail: 2026a0070@uesb.edu.br

Objetivo

Descrever o perfil epidemiológico das notificações de violência contra pessoas idosas no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia, registradas no SINAN, no período de 2021 a 2025.

Métodos

Trata-se de estudo epidemiológico ecológico, retrospectivo, de abordagem quantitativa e base agregada, realizado a partir das notificações de violência contra pessoas idosas registradas nos 20 municípios que compõem o Território de Identidade Vale do Jiquiriçá, Bahia (Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Lajedo do Tabocal, Lafaiete Coutinho, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra), no período de 2021 a 2025.

Foram utilizados dados secundários, agregados e de domínio público do SINAN, disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS). Incluíram-se notificações referentes a pessoas com 60 anos ou mais no momento do registro. Analisaram-se as variáveis: ano de notificação, sexo, raça/cor, escolaridade, local de ocorrência, tipo de violência (física, psicológica/moral, sexual e financeira/econômica) e ocorrência de violência de repetição. As naturezas da violência foram consideradas não mutuamente excludentes, admitindo-se a coexistência de mais de um tipo de agressão em uma mesma ficha de notificação.

Os dados foram organizados, tabulados e processados no software estatístico *Jamovi*, por meio de estatística descritiva simples com cálculo de frequências absolutas e relativas. A escolha do recorte territorial fundamentou-se na perspectiva da Saúde Coletiva de produzir evidências aplicáveis ao planejamento regionalizado de ações de vigilância, prevenção, cuidado e proteção à pessoa idosa. Por se tratar de pesquisa com dados secundários, agregados e de acesso público, sem identificação individual dos sujeitos, dispensou-se a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), em conformidade com as diretrizes da Resolução nº 510/2016 e da Resolução nº 674/2022 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Resultados e Discussão

Foram identificadas 100 notificações de violência contra pessoas idosas no Vale do Jiquiriçá entre 2021 e 2025. Os registros passaram de 15 em 2021 para 31 em 2025, com maior concentração nos dois anos finais. Esse crescimento deve ser interpretado com cautela: sistemas de vigilância são sensíveis à capacidade de reconhecimento dos casos, à procura por serviços e à efetivação da notificação, de modo que o aumento dos registros não equivale, isoladamente, a aumento da incidência da violência. A seguir, os dados coletados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição das notificações de violência contra pessoas idosas segundo variáveis selecionadas. Vale do Jequiriçá, Bahia, 2021–2025

Variável/categoria	N	%
Ano de notificação		
2021	15	15,0
2022	10	10,0
2023	20	20,0
2024	24	24,0
2025	31	31,0
Sexo	-	-
Masculino	68	68,0
Feminino	32	32,0
Raça/cor	-	-
Parda	68	68,0
Branca	14	14,0
Preta	11	11,0
Ignorado/branco	7	7,0
Escolaridade	-	-
Analfabeto	10	10,0
1ª–4ª série incompleta EF	11	11,0
4ª série completa EF	13	13,0
5ª–8ª série incompleta EF	8	8,0
Ensino fundamental completo	3	3,0
Ensino médio incompleto	4	4,0
Ensino médio completo	2	2,0
Ignorado/branco	49	49,0
Local de ocorrência	-	-
Residência	46	46,0
Via pública	14	14,0
Bar ou similar	7	7,0
Outros	5	5,0
Escola	3	3,0
Comércio/serviços	2	2,0
Habitação coletiva	1	1,0
Local de prática esportiva	1	1,0
Ignorado/branco	21	21,0
Natureza da violência[1]	-	-
Física	86	86,0
Psicológica/moral	17	17,0
Sexual	1	1,0
Financeira/econômica	1	1,0
Violência de repetição	-	-
Sim	17	17,0
Não	52	52,0
Ignorado/branco	31	31,0

Fonte: Ministério da Saúde/SVSA – Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN Net). Dados disponibilizados no TABNET. Nota: [1]As diferentes naturezas da violência não são mutuamente excludentes. – Criada pelos autores.

A predominância masculina (68,0%) constitui uma particularidade do perfil territorial e contrasta com evidências nacionais. Andrade *et al*. (2023), ao analisarem 17.311 notificações brasileiras do SINAN, observaram maior número de mulheres, enquanto Lima *et al*. (2023), em Niterói, identificaram 54,3% de vítimas do sexo feminino. A divergência sugere especificidades dos casos captados pela rede local, mas não autoriza inferir maior risco entre homens, pois não foram calculados coeficientes específicos por sexo. Diferenças na exposição, na natureza das agressões, na procura pelos serviços e na capacidade de detecção podem influenciar o perfil notificado.

A violência física foi registrada em 86,0% das notificações, proporção superior à descrita por Andrade *et al*. (2023) no Brasil (63,9%) e por Lima *et al*. (2023) em Niterói (48,1%). A convergência quanto ao predomínio dessa modalidade, associada à magnitude observada no Vale, pode indicar maior visibilidade das agressões com repercussões corporais, enquanto formas menos evidentes podem permanecer subidentificadas. A violência psicológica/moral representou 17,0%, abaixo dos 28,4% observados nacionalmente por Andrade *et al*. (2023) e dos 22,2% encontrados por Lima *et al*. (2023), reforçando a necessidade de qualificar a investigação de manifestações não físicas.

A residência foi o principal local de ocorrência (46,0%), em consonância com a centralidade do domicílio descrita na literatura, porém em proporção inferior aos 76,9% encontrados na análise nacional de Andrade *et al*. (2023). A comparação deve considerar que 21,0% dos registros locais estavam ignorados ou em branco. Ainda assim, a presença expressiva das ocorrências no ambiente doméstico evidencia a importância da Atenção Primária à Saúde, cuja longitudinalidade, vínculo familiar e atuação territorial podem favorecer identificação precoce, avaliação de risco e articulação com a rede intersetorial de proteção.

Pessoas pardas corresponderam a 68,0% das notificações e, somadas às pretas, representaram 79,0%. No estudo nacional de Andrade *et al*. (2023), pessoas pretas e pardas reunidas corresponderam a 47,8% dos registros com informação disponível. A diferença, contudo, não deve ser interpretada como evidência direta de maior risco no Vale do Jiquiriçá, pois a distribuição racial das notificações depende da composição sociodemográfica do território e seriam necessários denominadores populacionais específicos por raça/cor. O achado reforça, entretanto, a necessidade de preservar a qualidade desse campo para monitorar desigualdades no envelhecimento e na exposição às violências.

A incompletude dos registros emergiu como um achado epidemiologicamente relevante: 49,0% das informações sobre escolaridade, 31,0% sobre violência de repetição e 21,0% sobre local de ocorrência estavam ignoradas ou em branco. Lima *et al*. (2023) também identificaram fragilidades importantes nas fichas do SINAN, especialmente em escolaridade (32,8% de completude no critério empregado pelos autores) e recorrência da violência (41,5% de completude), concluindo que campos essenciais permaneciam com baixa qualidade de preenchimento. A convergência indica que o problema observado no Vale não é exclusivamente local e compromete a capacidade de reconhecer grupos vulneráveis, caracterizar padrões de recorrência e orientar intervenções focalizadas.

A violência de repetição foi assinalada em 17,0% dos registros, enquanto quase um terço não apresentava informação válida. Essa proporção é muito inferior aos 49,5% de recorrência descritos por Andrade *et al*. (2023), mas a elevada incompletude local impede concluir que a repetição seja efetivamente menos frequente no território. A ausência desse dado pode ocultar ciclos persistentes de violência e reduzir a capacidade dos serviços de reconhecer situações que exigem acompanhamento continuado e medidas de proteção.

Em conjunto, os achados mostram simultaneamente convergências com o cenário brasileiro predominância da violência física e importância do ambiente doméstico e

particularidades territoriais, sobretudo a maior participação masculina e a elevada proporção de pessoas pardas entre as notificações. Mais do que descrever frequências, os resultados evidenciam dois desafios para o SUS no território: ampliar a sensibilidade da rede para formas de violência menos visíveis e melhorar a completude das fichas. A qualificação da vigilância deve ser articulada à Atenção Primária, assistência social e demais componentes da rede de proteção, de modo que a notificação funcione não apenas como registro epidemiológico, mas como elemento desencadeador do cuidado e da proteção.

Conclusão

As notificações de violência contra pessoas idosas no Vale do Jiquiriçá apresentaram crescimento numérico no período, predomínio masculino, elevada participação de pessoas pretas e pardas, forte presença da violência física, concentração das ocorrências conhecidas no ambiente residencial e recorrência em aproximadamente um quarto dos registros válidos. Os achados devem ser interpretados à luz da subnotificação, da incompletude de campos e da ausência de denominadores populacionais para estimativa de risco. Para a gestão do SUS, recomenda-se fortalecer a identificação precoce e a notificação qualificada, especialmente na Atenção Primária à Saúde, aprimorar a completude das fichas e consolidar fluxos intersetoriais entre saúde, assistência social, segurança pública, sistema de justiça e órgãos de garantia de direitos. O enfrentamento da subnotificação e a qualificação da informação são essenciais para transformar os registros de vigilância em ações territorializadas de prevenção, cuidado e proteção.

Descritores: Violência contra o Idoso. Notificação Compulsória. Vigilância em Saúde.

Referências:

ANDRADE, Fabiana Martins Dias de; MACHADO, Ísis Eloah; FREITAS, Maria Imaculada de Fátima; SOUZA, Maria de Fatima Marinho de; MALTA, Deborah Carvalho. Patterns of abuse of elderly people in Brazil: analysis of notifications. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 1, 2 jul. 2023. Disponível em: https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/8294/18527. Acesso: 10 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Viva**: instrutivo notificação de violência interpessoal e autoprovocada. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: http://portalsinan.saude.gov.br/violencia-interpessoal-autoprovocada. Acesso em: 9 set. 2026.

LIMA, Vinicius Mendes Da Fonseca; STOCHERO, Luciane; AZEREDO, Catarina Machado; MORAES, Claudia Leite de; HASSELMANN, Maria Helena; MARQUES, Emanuele Souza. Characterization and completeness of notification sheet of violence against the older adults in Niterói-RJ, 2011-2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. e2022451, 2023.
Disponível em:
https://www.scielo.br/j/ress/a/JBZNtsJyXvcH3GKdCrwGXcd/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 7 set. 2026.

RIBEIRO, Maria de Nazaré de Souza; SANTO, Fátima Helena do Espírito; DINIZ, Cleisiane Xavier; ARAÚJO, Karla Brandão de; LISBOA, Maressa Gasparoto Lenglube; SOUZA,

Cássia Rozária da Silva. Evidências científicas da prática da violência contra a pessoa idosa: revisão integrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 34, p. eAPE00403, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ape/a/kgjXpP5yQM7FkYMcgNXjwJx/?format=html&lang=pt . Acesso: 10 set. 2026.

RODRIGUES, Renata Clemente Dos Santos; ARAÚJO-MONTEIRO, Gleicy Karine Nascimento de; DANTAS, Ana Márcia Nóbrega; BESERRA, Patrícia Josefa Fernandes; MORAIS, Ronei Marcos de; SOUTO, Rafaella Queiroga. Violência contra a pessoa idosa: análise conceitual. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 76, n. 6, p. e20230150, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/reben/a/MgQCTz8366jK4tY5xRSYSbq/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 10 set. 2026.

Utilização da Inteligência Artificial Generativa: O recurso de inteligência artificial foi utilizado exclusivamente para apoio na revisão gramatical, não sendo empregado na concepção, redação científica, análise ou geração de dados da pesquisa.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência